



Uma nova ordem para a comunicação: a conveniência de esquecer uma utopia¹

Juçara Brittes

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Demonstra a permanência de desigualdades nos processos informacional e comunicativo atreladas à Ordem Econômica Mundial. Alerta que novas competências sócio-comunicativas vão sendo agregadas ao elenco de utopias sociais em cenários de crescente concentração de poder das mega-corporações. Observa que os ideais da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, cunhados na América Latina nos anos 1970, deixaram um estoque de conhecimento teórico e prático desprezado por grande parte da atual geração de estudiosos e gestores das políticas públicas em comunicação.

Palavras-chave

Políticas de comunicação; Nomic; Direito à Comunicação

Apresentação

O acervo de conhecimentos sobre políticas de comunicação legado à comunidade acadêmica mundial pela América-Latina, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, está sendo relegado ao esquecimento. Em consequência, seus mais consagrados conceitos e constructos têm sido deturpados pelos discursos de instituições supranacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Ao apregoar uma Nova Ordem Mundial para a Informação e a Comunicação (NOMIC) tais instâncias ressignificam os ideais de outrora. No lugar do equilíbrio informativo idealizado pelos teóricos do continente latino, Nomic passa a simbolizar a manutenção de uma racionalidade técnica e mercadológica em todas as ações voltadas para a consolidação de uma sociedade da informação, na qual o interesse público não é contemplado.

¹ Trabalho apresentado na NP Políticas e Estratégias de Comunicação, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



Nos inquieta o desprezo das novas gerações de gestores, militantes, educadores e estudiosos por este estoque de experiência acumulado. Tais conteúdos têm estado ausentes dos currículos escolares, com raras exceções. Por outro lado, críticos do sistema comunicativo parecem reinventar algo que, se estimado como referência, impulsionaria avanços para além do incansável trabalho de Sísifo.

Esta espécie de amnésia coletiva pode explicar, em parte, a persistência da problemática das políticas públicas relativas aos mecanismos de formação da vontade geral, ou da esfera pública, intimamente vinculada ao equilíbrio do processo info-comunicativo. Por estas razões, afirmar que o histórico ideal de solidariedade que animou os postulados da Nomic, há quase meio século, permanece válido para a realidade contemporânea, pode e assumir uma coloração nostálgica e arcaica. Aceitamos o risco.

Contamos, para desenvolver este trabalho, com importante colaboração, em forma de entrevista, do professor boliviano Luis Ramiro Beltrán, um dos principais articuladores da “Utopia de Sean MacBride”² e autor do conceito paradigmático de Políticas Nacionais de Comunicação. Reclamamos, por conseguinte, *status* científico para o relato, ferramenta metodológica privilegiada para compor os argumentos desta comunicação. Nos permite vasculhar a memória em sua condição de registro histórico, e devolver-lhe seu lugar entre os instrumentos reconhecidamente aptos ao compartilhamento de conteúdos.

Razões e caminhos para uma nova ordem

Um dos pilares da concepção contemporânea de comunicação aparece a partir do momento em que o grupo social é libertado do domínio de um soberano; em que o indivíduo se distingue do grupo pela atribuição de cidadania; em que a verticalidade do processo comunicativo é substituída pela horizontalidade entre indivíduos iguais. A comunicação e suas técnicas são, então, imbuídas da função de assegurar um elo social. Herdeiro do “tríptico” *Liberté, Égalité, Fraternité* da Revolução Francesa, apóia-se no novo homem criado pela cibernética de Wiener; na ideologia da sedução constituída como alternativa à barbárie da guerra e ao projeto de uma nova sociedade sustentada

² Nobel da Paz de 1974. Liderou uma pesquisa de abrangência mundial que diagnosticou um extremo desequilíbrio dos fluxos informativos, fortalecendo a miséria dos países, então denominados do Terceiro Mundo, pois que refletia e legitimava as desigualdades econômicas entre as nações. O resultado ficou conhecido como Relatório MacBride.



pela técnica – a da comunicação. Estas passam a ocupar o primeiro plano da cena econômica e alicerçarão, doravante, ainda que subliminarmente, a ideologia da comunicação. (BRETON E PROULX: 2002; MATTELART: 2005)

Tal contexto permite o nascimento de uma teoria crítica no segmento de estudos da comunicação e influenciará, fortemente, o ambiente acadêmico progressista, berço da Escola Latino-Americana de Ciências da Comunicação. Nela florescem estudos que dão sustentação teórica para a reivindicação da Nomic. A principal questão, à época do aparecimento da proposta, era a denúncia do desequilíbrio informativo no mundo, principalmente entre países ricos e pobres, então reconhecidos como Primeiro e Terceiro Mundo. Uma desordem, justificada pela racionalidade mercadológica conferida aos meios de comunicação sociais, a seus conteúdos e a suas formas de gestão, sustentava idêntica distribuição de recursos econômicos. A solução proposta e aceita pelos Países Não-Alinhados seria a adoção de políticas públicas de comunicação, imbuídas do propósito de democratizar a totalidade do processo comunicativo, abrindo uma via de possibilidades para a superação das demais carências sócio-econômicas.

Encontramos em tais proposições traços epistemológicos próximos aos formulados por Habermas, na Teoria do Agir Comunicativo³, evidenciando a importância do equilíbrio informativo para que a humanidade viesse a desfrutar de oportunidades iguais em todos os âmbitos. Trata-se da crença na possibilidade de reversão dos rumos excludentes conferidos ao sistema midiático, operacionalizado pela lógica estratégica, a mesma que configura a esfera pública atual, e que se distancia do modelo crítico-discursivo habermaseano⁴.

O Direito à Comunicação oferecia grande parte da argumentação legitimadora e modelar das políticas de comunicação apregoadas pela Nomic. Auxiliariam o estabelecimento de um novo modelo de apropriação dos Meios de Comunicação de Massa. Uma vez promovidas pelos Estados-nações, garantiriam fluxos informativos desverticalizados, significando

³ Uma vez que percebem a ética como restauradora do equilíbrio face a debilitação das relações comunicacionais entre sujeitos concretos.

⁴ O modelo de esfera pública ao qual nos referimos, é um processo de busca do entendimento a respeito dos temas que povoam o mundo, por meio de uma comunicação moldada por princípios éticos, de respeito ao outro, ao que é individual e ao que é coletivo, ao que é singular e ao que é plural. Tais prerrogativas devem, igualmente, moldar o procedimento do Estado, ou em uma perspectiva mais ampla, do universo no qual a sociedade civil se locomove.



oportunidades de expressão idênticas (o mais possível) a todos os atores do processo comunicativo.

Este debate chega às nações Unidas e entre 1976 e 1978 a controvérsia entre o bloco dos países pobres e ricos atinge alto grau de conflito. Com o intuito de acalmar os ânimos a Unesco formou uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, presidida por Sean MacBride. Participam com expressiva colaboração o escritor colombiano Gabriel Garcia Marques e Juan Samovía⁵, entre muitos outros. O relatório final seria aprovado em 1980⁶.

Um dos principais protagonistas deste episódio, Luis Ramiro Beltrán, testemunha, ao contextualizar este fato histórico, que os Estados Membros da Unesco perceberam, a partir do último terço dos anos 1960, situação de aguda carência de normas claras e coerentes em matéria de comunicação massiva nos países de menor desenvolvimento. Alguns instrumentos de legitimação procuravam regular a conduta dos cidadãos e o desempenho dos jornalistas, assim como os proprietários de jornais, revistas e emissoras de rádio. A ênfase era posta na liberdade de imprensa, amiúde ameaçada por regimes autoritários de um ou outro signo ideológico. O aparato legal “parecia estar dirigido, preferencialmente, à proteção dos interesses de poderosos circuitos privados”. Os governos se interessavam pela comunicação apenas como veículo de propaganda, sem perceber a importância crucial de utilizá-las para consolidar seus programas sociais, como os de saúde e educação.

“Lo que existía era solamente políticas parciales, coyunturales y no solamente poco articuladas sino que a veces hasta contradictorias entre sí y otras veces poco explícitas. Todo ello, me parece, llevaría a los Estados Miembros de la UNESCO a propiciar la formulación y aplicación de políticas de comunicación de alcance nacional con visión integral y enfoque democrático para subsanar la anomia.” (BELTRÁN, 2008)

A década de 1970 foi considerada a “Década de Fogo” da comunicação internacional porque instalou-se, em escala mundial, uma ácida controvérsia entre os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo. O confronto, que teve como principal cenário a sede central da Unesco, em Paris, girou em torno da proposta da Nomic e do compromisso exigido a aquela agência da ONU, de promover a formulação de Políticas Nacionais de

⁵ Chileno fundador do Ilet - Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais.

⁶ Trata-se do famoso Relatório MacBride publicado sob o título Um só mundo – múltiplas vozes.



Comunicação, nos moldes do que já vinha desenvolvendo no setor da educação, ciência e cultura.

O pensamento crítico e renovador sobre comunicação produzido na América Latina naquela época teve influência primordial para a tomada de consciência da indissociabilidade da comunicação aos demais processos democratizantes. Luis Ramiro Beltrán destaca-se neste cenário, sendo convidado a elaborar os princípios sobre os quais a tarefa deveria realizar-se.

(...) a fines de 1973, habiendo decidido la UNESCO comenzar la tarea por nuestra región, me encomendó, en calidad de consultor en su sede central, preparar el documento básico para la Primera Reunión de Expertos sobre Políticas Nacionales de Comunicación que había resuelto llevar a cabo en 1974 en la capital de Colombia, país en el que yo residía entonces. Produje así, en cien párrafos, una detallada propuesta conceptual y operativa dirigida a servir de plataforma para la reflexión en el encuentro de Bogotá que ayudé a la UNESCO a organizar. (BELTRÁN: 2008)

No texto daquele documento encontra-se o conceito de políticas nacionais de comunicação, pela qual Beltrán oferece mais do que uma definição, propõe um modelo, um roteiro a ser seguido, nos parece, por qualquer política pública. Grande parte do fracasso de projetos na linha de ação do interesse público peca menos por seus conteúdos do que pela fragmentação e desconexão com os projetos parciais que os constituem. Ou então pela impermanência, acompanhando mudanças nos quadros políticos. Se atentarmos para o conceito veremos quão atual permanece:

“Una Política Nacional de Comunicación es un conjunto integrado, explícito y duradero de políticas parciales de comunicación armonizadas en un cuerpo coherente de principios y normas dirigidos a guiar la conducta de las instituciones especializadas en el manejo del proceso general de comunicación en un país.” (BELTRÁN:2008)

Não faltam testemunhos da grande repercussão do enunciado, principalmente junto a pesquisadores latino-americanos, como o venezuelano Alejandro Alfonso, que escreve, em 1998:

“Esta definición tuvo gran resonancia, al punto que en una u otra forma fue acogida en la Declaración de San José (...) Por otra parte, es con esta definición que se ha manejado, trabajado, comentado y difundido más, tanto en el sector académico como en el técnico y el profesional, y que ciertamente animó los diseños de políticas de Estado que en el área de la comunicación se realizaron al menos en Venezuela, Costa Rica y México entre 1976 y 1986 (...)”



Assim que a Unesco tornou pública a agenda para a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina e no Caribe, a realizar-se em 1975, a Associação Interamericana de Radiodifusão (AIR) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) iniciaram uma campanha difamatória, divulgando, em suas cadeias intercontinentais, que os propósitos da Unesco eram contra a liberdade de imprensa e “a serviço das aspirações de fascistas e marxistas”.

O episódio lembra, guardadas as proporções, e entre tantas outras reminiscências, a campanha veiculada na mídia brasileira, em 2004, diante da possibilidade de se criar um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). A título de ilustração, reproduzimos um parágrafo do artigo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, publicado no Jornal A Gazeta daquele Estado, após longa negociação com o veículo, respaldado no direito de resposta a uma avalanche de matérias depreciativas ao CFJ.

“A criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) tem sido mal interpretada. Em algumas situações por desinformação. Em outras, por oportunismo. O CFJ não quer fiscalizar as empresas, nem interferir na linha editorial dos veículos de comunicação, tampouco censurar a atividade jornalística. Visa estabelecer condições para que a categoria reflita sobre a profissão, sem perder de vista o compromisso com o Direito à Comunicação, que se fundamenta nos princípios universais da liberdade de opinião, de expressão e de informação. De tais prerrogativas derivam-se manifestações práticas: **liberdade de imprensa, ausência de censura e independência dos veículos**. Portanto, longe de cercear liberdades, como vem sendo acusado, o CFJ defende a dignidade e a ética indispensáveis à qualidade da informação”.

O projeto dos jornalistas brasileiros foi deixado de lado, tamanha a pressão recebida da mídia. Já a conferência planejada pela Unesco para ratificar o projeto de políticas de comunicação, adiada inúmeras vezes, logrou realizar-se, em 1976, em São José da Costa Rica. Mas deixou traumas: custou a cabeça da ministra da Cultura daquele país, Carmen Naranjo, lamenta Beltrán. Os países com assento na ONU formularam, então, uma importante declaração de princípios e aprovaram um amplo conjunto de resoluções instrumentais com o propósito de contribuir normativamente a democratizar a comunicação por meio de políticas nacionais.

(...) Acordaron que cada uno de ellos tendría que formular la suya constituyendo un Consejo Nacional pluralista representativo de periodistas y otros comunicadores, de propietarios de los medios de comunicación y de funcionarios gubernamentales pertinentes. Y propusieron asignar al Estado



no la conducción protagónica del proceso sino la responsabilidad de apoyo a la aplicación de las políticas y, si resultara necesaria, la función de arbitraje. (...) (BELTRÁN: 2008)

Em 1981 a *World Press Freedom Comitee* convocou os principais sistemas de comunicação ocidentais a emitir um documento, chamado Declaração de Talloirs, rechaçando o ideal da Nomic. Os Estados Unidos força a demissão do secretário geral da Unesco – Amadou Mathar M’Bow, gerando o retrocesso ao conservadorismo.

A Nomic não se materializou em nenhum dos países que se comprometeram a implantá-la, testemunha o “Pai das Políticas de Comunicação”. Com exceção da criação de modestas agências regionais de notícia: ASIN, no México e ALASEI, no Panamá. Não significa não existir políticas de comunicação nos países latino-americanos, pondera Beltrán. E acrescenta: “Simplesmente continuaram existindo (...) políticas parciais (não integrais) e conjunturais (não duradouras) e, às vezes, inclusive implícitas (em vez de ser explícitas). E assim se perpetuaram, intactas, a dependência e a dominação, à conveniência da hegemônica potência mundial e das oligarquias nativas, defensoras do *status quo*.”

A doutrina neoliberal receita o remédio da desregulamentação e da privatização, em ebulição no final da Guerra-Fria e, assim, faz triunfar a ideologia do livre-fluxo da informação. Sendo esta uma mercadoria não poderia ser submetida a qualquer tipo de controle. Os Estados Nacionais são liberados do dever de promover o bem-estar social, tarefa do mercado. Logo, adotar políticas para o sistema comunicativo, seria ato de interferência na liberdade de informação.

Murilo César Ramos assim registra o desfecho do movimento em defesa das PNCs:

“Lamentavelmente ele sucumbiria, como sucumbiu a própria Unesco no que tocava às questões de comunicação, ao cerco imposto pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, cujos governantes, Ronald Reagan e Margareth Thatcher, no início da década de 80, comandaram a retirada de seus países daquele órgão das Nações Unidas. Para o pensamento neoliberal, que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais (...)” (RAMOS:2001, p.124. In: BRITTES, Juçara e PERUZZO, Cíclia (orgs), 2001)



Marques de Melo, em artigo publicado na Revista Telos⁷, opina que as metas da Comissão MacBride permanecem vigorosas e aguardam terreno fértil para florescer. Estão consolidadas na Resolução de Belgrado, aprovada na 32^a. Assembléia Geral da Unesco, de novembro de 1980. Cita os princípios nos quais deveria fundamentar-se a Nomic, registrado naquele documento:

1. Eliminação dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação vigente
2. Eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e das excessivas concentrações
3. Remover os obstáculos internos e externos para um livre fluxo e uma mais ampla e equilibrada disseminação de informações e idéias
4. Pluralidade de fontes e canais de informação
5. Liberdade de imprensa e de informação
6. Liberdade para os jornalistas e todos os profissionais, nos meios de comunicação, uma liberdade inseparável da responsabilidade
7. Preparação dos países em desenvolvimento para atingir melhoras em suas próprias situações, sobretudo no que diz respeito a aquisição de equipamentos, a capacitação profissional, a recuperação da infra-estrutura, além de tornar seus meios de informação e comunicação sintonizados com suas próprias necessidades e aspirações
8. Compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudá-los a alcançar ditos objetivos
9. Respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre os interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais
10. Respeito ao direito de todos os povos de participar do intercâmbio internacional de informações, com base na igualdade, na justiça e benefício mútuo
11. Respeito ao direito da coletividade, assim como dos grupos étnicos e sociais, de ter acesso a fontes de informação e de participar ativamente nos fluxos de comunicação

Desnecessário aprofundar a análise para comprovar a atualidade dessas propostas, tanto pela excelência dos estudos que as fundamentaram, quanto pela permanência dos contextos que as motivaram.

⁷ http://www.campusred.net/telos/antiores/num_033/opi_perspectivas1.html



Novas tecnologias e antigos problemas

Com estas pendências adentramos ao Terceiro Milênio, vimos chegar a Era da Informação, assistimos à adolescência de uma Sociedade do Conhecimento, nomenclaturas carregadas de simbologias que no espaço deste artigo não é possível discutir. Novamente evidencia-se a incompatibilidade do modelo neoliberal e sua racionalidade econômica com os propósitos de uma sociedade calcada na informação.

Os desequilíbrios apontados outrora pelo Relatório MacBride, inspirados no direito à comunicação, acentuam-se quando novos elementos são agregados ao conceito de bem público: cultura, conhecimento, educação, saúde, sustentabilidade, diversidade racial e cultural. Os apelos a uma Nova Ordem da Informação e da Comunicação são pronunciados nas cúpulas mundiais, com sentido inverso dos que lhe originaram.

Armand Mattelart⁸, a esse respeito, se refere à Cúpula de Bruxelas, de 1995, quando o G7 se reuniu pela primeira vez para tratar do problema da sociedade global da informação. É neste momento que a noção de sociedade da informação toma forma, ou se oficializa. Nenhum representante da sociedade civil foi convocado para a reunião, que contou com a participação das indústrias da informática e aeroespacial. O então vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, utiliza a expressão Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, ordem já convocada por ele quando anunciara, na Argentina, o projeto norte-americano de “infovias” globais de informação.

Em análise semelhante, Beltrán observa que ao cabo de um quarto de século da aprovação do informe MacBride, a Organização das Nações Unidas, por meio da União Internacional de Telecomunicações (UIT) – não mais pela Unesco - voltou a estimular debates sobre políticas internacionais de informação e comunicação. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação realizou-se em duas etapas: uma em Genebra, em dezembro de 2003 e outra em Tunis, em novembro de 2005. À primeira, fora os delegados governamentais e representantes do setor privado comercial, participaram mais de 300 membros, representando cerca de 500 Organizações não Governamentais

⁸ O texto, intitulado Sociedade do Conhecimento e Controle da Informação e da Comunicação, está disponível em <http://www.gpicc.ufba.br/enlepcc/ArmandMattelart/portugues.pdf>, acessado em 10 de maio de 2008.



ligadas à sociedade civil. Mesmo assim os interesses mercantis é que foram aclamados no documento.

“ (...) Pese a esto, la Declaración de Principios y el Plan de Acción que el encuentro produjo – dejando de lado las aspiraciones democratizantes de los países poco desarrollados – proclamaron únicamente la voluntad de dar mayor difusión a las nuevas tecnologías, intensificando la inversión el sector privado en ellas.” (BELTRÁN:2008)

São sentidos opostos conferidos à Nomic por campos de força também antagônicos. De um lado, o pensamento hegemônico, regido pela racionalidade técnica, produtora de fundamentalismos políticos e econômicos. Fundamentalismos⁹ que, nas palavras de Leonardo Boff, encontram no mercado mundial integrado, a solução para todas as carências, cuja eficiência é medida pelo lucro; traduzidos por Edgard Morin como princípio segundo o qual o crescimento da produção é critério único para medir a satisfação, ignorando as qualidades da existência, as qualidades da solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida.

Em 2005 o Brasil sediou a Conferência Regional Ministerial da América Latina e do Caribe, atividade preparatória da Cúpula da Sociedade da Informação, que se realizaria na Tunísia, no ano seguinte. Na ocasião foi emitido um documento que tornou-se conhecido como Compromisso do Rio de Janeiro, incluindo uma proposta de formulação de políticas públicas especificamente dirigidas à democratização do acesso à Internet, atualmente realizada única e exclusivamente pela “The Internet Corporation for Assigned Names and Number (ICANN)” . O resultado da Cúpula de Tunis foi a criação de um Foro de Governança da Internet, ainda em fase de gestação, cuja próxima reunião será em dezembro do corrente ano (2008), aqui no Brasil.

Mais próxima das propostas da Nomic está a Declaração Universal sobre Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. Ela abre outra veia importante, por onde as informações precisam ter livre circulação, sob pena de transformar-se em mais uma página virada. Foi aprovada, em outubro de 2005, na sede da Unesco, em Paris, por 148 votos favoráveis e dois contra: Estados Unidos e Israel. Entrou em vigor em outubro de 2007.

⁹ Citados por Moacir Gadotti em A perspectiva de Washington versus a Perspectiva de Angicus, no III Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, realizado em Los Angeles, em 2002.



A declaração contém poucos enunciados sobre a importância da informação e da comunicação para concretizar o que idealiza. Alguns trechos do preâmbulo e o sétimo princípio da Declaração abordam, tangencialmente, a comunicação como elemento coadjuvante para atingir seus objetivos:

Constatando que os processos de globalização, facilitados pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres.

Ciente de que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de idéias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas.

Reafirmando que a liberdade de pensamento, expressão e informação, bem como a diversidade da mídia, possibilitam o florescimento das expressões culturais nas sociedades.

7. Princípio do acesso equitativo

O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo.

O debate está reaberto, portanto, em moldes semelhantes aos dos anos 1970/80, adicionando novas plataformas por onde a exclusão pode acentuar-se, ou, quiza, libertar-se. Em todas as frentes abertas pelas tecnologias da informação e da comunicação no que concerne ao alargamento das oportunidades participativas, o conflito ideológico está colocado. Os atores são os mesmos; a ágora continua sendo a Unesco, mantendo, inclusive, a tendência de submissão ao cerco das mega-corporações e, ainda, dos Estados Unidos, que só em 2002 retornam à ONU.

O confronto também se estabelece em outros setores, na verdade não desligados do sistema info-comunicativo. Exemplifica a bem-humorada, mas não menos importante disputa *copyright* versus *copyleft*, a respeito de propriedade intelectual. Neste contexto fica evidenciado, quem é, na verdade, protegido pelas regras articuladas pela União Internacional da Propriedade Intelectual (UIPI). Stallman e Lessing, defensores de licenças de uso da produção intelectual com base no direito à informação, e não nos da



indústria editorial, propõem modalidades avançadas para compartilhar o conhecimento, por meio do modelo *General Public License (GNU)*.

No “Pa-tro-pi” o problema da comunicação e da informação sempre esteve na agenda brasileira, desde o Império, persistindo ao longo da história da República. Na atualidade temos o processo de adoção da tecnologia digital a mostrar o jogo de interesses mundiais em ação. Mas a sociedade civil se pronuncia à favor de uma nova ordem por intermédio do Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação. Busca não só a atualização da malha legislativa, mas outros níveis de participação da sociedade civil na gestão do sistema comunicativo que está se transformando. Até a presente data é composto por trinta entidades da sociedade civil e do Ministério Público e vem se articulando para expandir a base de apoios.

O governo federal, por sua vez, esboça um sistema público de informação e de comunicação, por meio da Empresa Brasil de Comunicação. A proposta é criar um sistema comunicativo comprometido com o interesse público, em substituição às sucateadas redes de comunicação educativas. O projeto ainda não mostrou tal vocação.

Pra concluir

Se a Nomic não teve êxito político, disponibilizou um acervo de estudos técnico-acadêmicos documentando a problemática da informação internacional submetida à dominação e à dependência. Entre as linhas de pesquisa das ciências sociais aplicadas, a rubrica Políticas Nacionais de Comunicação constitui um dos mais importantes legados da América Latina para os estudos da Comunicação Social. Tais contribuições ultrapassaram, conforme exposto, o hermético mundo acadêmico indo colocar à disposição de gestores, em seus variados níveis e distintas épocas, um estoque considerável de informações sob forma de diagnósticos, conceitos, análises e modelos de ação de grande pertinência e atualidade. Pouco tempo depois da assembléia da Unesco que institucionalizou a Nomic, a academia já contabilizava um acervo estimado em mais de mil trabalhos e estudos.

O lapso na memória coletiva a respeito desta produção é inquietante. Chamamos Paul Ricoeur em nosso auxílio para problematizar tal esquecimento: seria um tipo de “memória impedida”, que ele relaciona ao inconsciente freudiano, como uma espécie de compulsão? Talvez esteja próximo da “memória manipulada” pela narrativa, que



salta pedaços do tempo, escolhe atores em seu legado às gerações futuras. Quem sabe, ainda, seria o próprio esquecimento determinado (*l'oublié commandée*), institucionalizado, um não querer saber. (RICOEUR: 2000)

Manipulação e esquecimento indicam respostas para esta ausência recorrente e não se limitam à comunicação. Conhecimento, cultura, mídia não são elementos isolados. Fazem parte do mesmo universo das utopias sociais. Estão vinculados aos mesmos monopólios cognitivos que os condicionam à dependência externa, a idênticas lógicas de rentabilidade financeira. Matrizes pedagógicas, divisão do conhecimento em ramos, campos e áreas, sustentados por um bem organizado mercado editorial; policiados por uma legislação restritiva sobre a criação intelectual fecham o circuito do saber produzido para o consumo.

Perpetua-se, assim, um círculo vicioso em torno dos desequilíbrios informativos, pois que o sentido é conferido pela visibilidade que os fatos alcançam, e estes nascem e morrem por conta do competente sistema mundial de comunicação.

Os avanços verificados, ainda que incapazes de reverter totalmente o quadro desfavorável, estimulam a crença nas utopias sociais. Exemplificam o capítulo V da Constituição Federal, dando *status* constitucional ao direito à comunicação; os recursos do *Creative Commun* em matéria de direito autoral, para citar apenas alguns. Embora escondidas pelos artifícios da “memória manipulada” acumulamos virtudes e dispomos de um arsenal de conhecimento válido para dar continuidade aos propósitos humanizantes. Por estas razões Beltrán propõe a elaboração de estratégias de ação conjuntas, em âmbito continental, resumindo-as em quatro diretrizes:

1. Realizar um inventário- diagnóstico das principais características da dominação e da dependência em matéria de comunicação na região, na Era da Sociedade da Informação, assegurando-se de que desemboque em um mapa da natureza dos problemas, do estado das políticas e das possibilidades e limitações para uma ação cooperativa solucionadora.
2. Identificar – de maneira sistemática, conjugada e refinada – todas as conceituações propostas na região em matéria de políticas; analisá-las,



harmonizá-las e sintetizá-las em uma proposição, integral e coerente, de bases para sua formulação e aplicação nos níveis regional, nacional e local.

3. Desenhar, a partir de ambos estudos, uma estratégia geral de ação cooperativa, de horizonte quinquenal, para propiciar a implantação, em todos os países, de novas políticas apropriadas à realidade atual, cifradas primordialmente na mobilização social, para comprometer com a causa os principais atores das esferas política, empresarial e jornalística.
4. Divulgar, promover e negociar, do nível nacional ao regional, a implementação da estratégia quinquenal de ação cooperativa para a democratização da comunicação.

A história do surgimento deste Núcleo de Pesquisa, liderado por Daniel Herz, criador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, nos autoriza a reiterar a proposta deste outro pioneiro e sugerir nos fortalecermos como grupo, traçar projetos conjuntos e linhas de ação com os demais pesquisadores latino-americanos alinhados à idéia do equilíbrio informativo a ser conquistado com uma Nova Ordem Mundial para a Informação e a Comunicação.

Parafraseando a principal fonte de informações desta comunicação, nos perguntamos: Será este audaz e titânico esforço equivalente a reinventar a utopia irenunciável, que animou os rebeldes pensadores dos anos 1970? Não há dúvida de que o seria, pondera Beltrán, porém, como nos ensinou Paulo Freire, não se trata aqui de idealismo irrealizável, mas do processo dialético de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante a que aspiramos.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, A. Las políticas de Comunicación em América Latina como inspiración de Luis Ramiro Beltrán. In. BRITTES, J. e MARQUES DE MELO, J. (orgs) A trajetória comunicacional de Luis Ramiro Beltrán. São Bernardo do Campo: UNESCO/UMESP, 1998. p21-30

BELTRÁN: Entrevista à autora realizada por e-mail, em maio de 2008.

BRETON, P. e PROULX. S. Sociologia da Comunicação. São Paulo: Loyola, 2002.



MATTELART, A. sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. Conferência proferida na sessão de aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, realizado em Salvador, Bahia, Brasil, de 9 a 11 de novembro de 2005.

RICOEUR, Paul. La memoire, l'histoire, l'oublie. Paris: Editions du Seuil, 2000.